

CERTIFICADO DO PARTICIPANTE

Certifico que a Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-PREVCOM), Entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita no CNPJ sob o nº 39.940.699/0001-05, localizada à Rua Vinte e Cinco de Março, nº 290 (prédio nº 300), Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.060-120, na forma do artigo 10, da Lei Complementar Federal nº 109, de 29 de maio de 2001, atesta que o(a) portador(a) deste certificado é participante do Plano de Previdência Complementar dos Servidores do Estado do Ceará (PREV-CE), registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2021.0005-83.

O(A) participante indicado(a) tem direito aos benefícios previstos no Regulamento do mencionado Plano, conforme o resumo a seguir, desde que sejam atendidos os requisitos para admissão e manutenção da qualidade de participante, as condições de elegibilidade e a forma de cálculo dos benefícios de previdência complementar estabelecidos no respectivo Regulamento, observando-se, ainda, as disposições do Convênio de Adesão com o patrocinador.

<p>DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO Poderão inscrever-se no Plano PREV-CE as pessoas físicas com vínculo funcional com um dos Patrocinadores do Plano, enquadradas nas seguintes categorias de Participante: Ativo Patrocinado, Ativo Facultativo, Autopatrocinado ou Vinculado. (Art. 4º)</p> <p>DOS REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE PARTICIPANTE Caso o Participante perca o vínculo funcional com o Patrocinador, poderá manter-se como:</p> <p>I – Participante Autopatrocinado: quando desejar continuar contribuindo para o Plano, assumindo tanto a sua contribuição quanto a do Patrocinador. (Art. 33)</p> <p>II – Participante Vinculado: quando não estiver elegível a benefício, já tiver cumprido a carência mínima de 3 anos de vinculação ao Plano e optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, garantindo o recebimento do benefício em momento futuro. (Art. 34)</p> <p>Das Contribuições do Participante Patrocinado A Contribuição Básica é mensal e obrigatória, com alíquota definida na data de inscrição no Plano, em percentual compreendido entre 3,0% e 8,5% do Salário de Participação, com intervalos mínimos de 0,01%.</p> <p>Além da Contribuição Básica, o Participante poderá contar com outras contribuições, devidamente discriminadas no extrato: Contribuição Adicional, Voluntária, de Risco e Adicional de Risco. (Art. 16)</p> <p>Das Contribuições do Participante Facultativo A Contribuição Básica é mensal e obrigatória, com o percentual mínimo de 1,0% sobre o Salário de Participação. (§3º - Art. 16)</p> <p>O Participante poderá alterar os percentuais das contribuições Básica e Adicional. (§1º - Art. 16)</p> <p>Das Contribuições do Patrocinador A Contribuição Básica é mensal e obrigatória, em valor equivalente à Contribuição Básica do Participante Ativo Patrocinado.</p> <p>A Contribuição de Risco é mensal e obrigatória, também em valor equivalente à Contribuição de Risco do Participante Ativo Patrocinado. (Art. 17)</p> <p>Da Suspensão de Contribuições O Participante em licença não remunerada e o Participante Ativo Facultativo poderão, mediante requerimento, suspender a Contribuição Básica, da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco, caso tenha optado, por no máximo 24 meses ininterruptos ou não, no período de a cada 48 meses, sem prejuízo da manutenção de sua inscrição. (Art. 19)</p>	<p>DOS INSTITUTOS Em regra, desde que não esteja elegível a benefício ou em gozo de qualquer um dos benefícios previstos no Regulamento, o Participante, após a perda do vínculo funcional com o Patrocinador, poderá optar por um dos seguintes institutos:</p> <p><u>Autopatrocínio:</u> faculta ao Participante manter o valor de suas contribuições e as correspondentes devidas pelo Patrocinador, em caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios previstos no Regulamento do Plano nos níveis correspondentes àquela remuneração. (Art. 33)</p> <p><u>Benefício Proporcional Diferido:</u> faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador, enquanto não for elegível ao Benefício de Aposentadoria, e tiver pelo menos 3 anos de vinculação ao Plano, optar por permanecer no Plano, cessando-se o aporte de Contribuições Básicas de Participante e de Patrocinador. (Arts. 34 e 35)</p> <p><u>Portabilidade:</u> faculta ao Participante, nos termos da legislação aplicável, desde que tenha pelo menos 6 meses de vinculação ao Plano, transferir os recursos financeiros correspondentes ao Saldo Total para outro plano de benefícios de caráter previdenciário. (Arts. 36 e 37)</p> <p><u>Resgate:</u> possibilita ao Participante o recebimento do saldo da Conta de Participante e de percentual do saldo da Conta de Patrocinador. (Arts. 41 e 42)</p> <p>DOS BENEFÍCIOS DO PLANO</p> <p><u>Da Aposentadoria</u></p> <p>Elegibilidade Atender, cumulativamente, as seguintes condições: I – Estar em gozo do benefício de aposentadoria concedido pelo regime de previdência social a que estiver vinculado; II – 60 (sessenta) contribuições ao Plano; e III – cessação do vínculo funcional com o Patrocinador. (Art. 24)</p> <p>Cálculo de Benefício Será calculado com base no saldo da Conta de Assistido, conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, em uma das formas previstas no Regulamento do Plano. (Art. 26)</p> <p>No momento do requerimento do benefício, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 25% do Saldo Total, em pagamento único, sendo o valor restante transferido para a Conta de Assistido.. (Art. 25)</p>	<p><u>Do Benefício por Invalidez</u></p> <p>Elegibilidade Ocorrendo a invalidez do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou Vinculado, o Participante fará jus ao Benefício por Invalidez.</p> <p>Para o recebimento do Benefício por Invalidez, o Participante deverá comprovar a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez junto ao regime de previdência social a que estiver vinculado ou, na falta de vinculação a regime previdenciário, por meio de laudo emitido por corpo médico indicado pela Entidade. (§1º - Art. 30)</p> <p>Cálculo de Benefício Será calculado na forma prevista nos artigos 25 e 26 do Regulamento do Plano. (Art. 30)</p> <p><u>Da Pensão por Morte de Participante ou Assistido</u></p> <p>Elegibilidade Ocorrendo o falecimento do Participante Ativo, Autopatrocinado, Vinculado ou Assistido, seus beneficiários farão jus ao Benefício por Morte do Participante ou Assistido. (Art. 31)</p> <p>Cálculo de Benefício Será calculado calculado com base no saldo da Conta de Assistido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º, em uma das formas previstas no artigo 26. (Art. 31)</p> <p>DAS FORMAS DE RECEBIMENTO DOS BENEFÍCIOS</p> <p><u>I - Renda por Percentual do Saldo de Conta:</u> calculada pela aplicação de um percentual entre 0,4% e 2,5%, a critério do Participante, sobre o saldo de Conta de Assistido, com variação em intervalos de 0,01%, a ser paga enquanto houver saldo; ou</p> <p><u>II - Renda em Cotas por Prazo Certo:</u> calculada pela transformação do saldo de Conta de Assistido em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo de 60 meses a 360 meses, a critério do Participante.</p> <p>O percentual de que trata o item I acima, utilizado para o cálculo do benefício inicial e dos benefícios subsequentes, deverá assegurar o pagamento do benefício no prazo mínimo total de 60 meses, contados da data de início do benefício. (Art. 26)</p> <p>Após a concessão do benefício, anualmente, mediante requerimento, o Assistido poderá alterar a forma de recebimento do benefício, no mês de outubro de cada ano, sendo possível alterar o percentual ou o prazo escolhido, conforme o caso, para vigorar a partir do exercício seguinte. (Art. 26)</p>
--	---	---